

VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

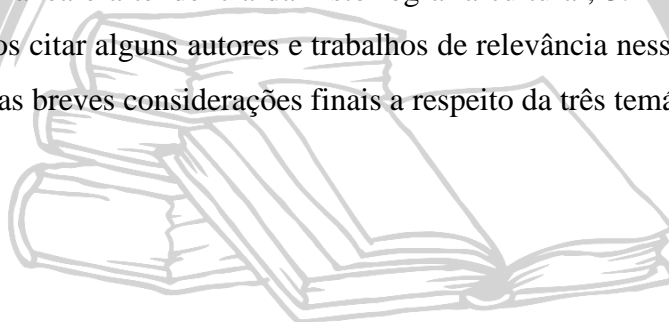
**A HISTORIOGRAFIA MODERNA, A TENDÊNCIA CULTURAL E
SUAS INFLUÊNCIAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Márcia Scarpari de Giacomo*

Sueli Iwasawa**

Baseando-nos nas contribuições de alguns dos autores que apresentaremos ao longo desse texto, procuramos levantar algumas reflexões pertinentes à ciência histórica, articulando as histórias: da historiografia, cultural e a da educação.

Esse texto se divide em três subtópicos, que são intitulados: 1. Um pequeno giro pela historiografia moderna, no qual procuramos fazer uma reflexão a respeito da história da historiografia; 2. A virada para a perspectiva cultural da história, em que analisaremos a fase contemporânea e a tendência da historiografia cultural; 3. História da Educação, em que buscamos citar alguns autores e trabalhos de relevância nessa temática. Por fim, exporemos nossas breves considerações finais a respeito da três temáticas abordadas.



* Graduada em Pedagogia pela Faculdade Dom Bosco de Piracicaba/SP. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Rio Claro/SP. E-mail: marcia.giacomo@terra.com.br.

** Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP, campus de Marília/SP. Mestranda em Educação pela UNESP, campus de Rio Claro/SP. E-mail: su_su2005@hotmail.com

1 UM PEQUENO GIRO PELA HISTORIOGRAFIA MODERNA

Heródoto e Tucídides foram “dois fundadores de toda ciência e arte histórica”¹, na opinião de Leopold Von Ranke. Essa consideração dá a ver a influência exercida por esses grandes “mitos” gregos da composição da história antiga sobre ele. Tanto que ambos convieram, dado a força de seus legados, como modelos para a própria produção historiográfica desse célebre historiador prussiano.

Ranke (1790-1880), por sua vez, se notabilizou pela iniciativa de reformulação do método de investigação histórica, podendo “ser considerado um dos fundadores da história científica na Alemanha” (BURGUÈRE, 1993, p. 645), apresentando-se com um divisor de águas da historiografia do antigo regime.

Muitos creditam a ele o título de maior historiador do século XIX, tendo como destaque seu papel fundamental para que a especialidade histórica obtivesse reconhecimento e status de ciência em si. Suas propostas, tanto no que concerne ao pensamento sobre as finalidades da pesquisa histórica e sua metodologia é também um legado que veio a ser seguido por uma grande quantidade de futuros historiadores como princípio-guia e alicerce para produções no campo da escrita da história.

Assim como seus antecessores, Ranke nutria interesse pelo estudo sobre o plano histórico-político e sobre a vida de grandes personalidades da história, inserindo em seus trabalhos assuntos pertinentes à promoção do Estado-Nação e a serviço da unicidade germânica. Contudo, passa a ser inovador por afastar-se do discurso fantasioso, metafísico e moralizante da antiga escola, preferindo adotar uma conduta neutra de relatar a história. Na intenção de imprimir maior objetividade em suas pesquisas elege, para isso, uma abordagem mais técnica, de rigor no procedimento investigativo ao recorrer à comprovação dos “fatos”² cronologicamente, através de fontes prioritariamente primárias e adotando análises interpretativas, de enfoque indutivo, dos conteúdos de documentos

¹ RANKE, L. V. Heródoto e Tucídides. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

² A ideia de “fatos” históricos, também conjugada com a ideia de “fatos sociais” para a sociologia derivada de Durkheim, é uma concepção vinculada ao positivismo, com origem no século XIX, cujo Leopold Ranke (1790 - 1880) é um dos historiadores signatários. Nessa perspectiva, “os fatos levantados se encadeiam como que mecânica e necessariamente, numa relação determinista de causas e consequências (...)”. Assim, a história seria uma sucessão de acontecimentos isolados, relatando, sobretudo, os efeitos políticos de grandes heróis, tratados diplomáticos, ou seja, uma história oficial. (BORGES, 1988, p. 32-33).

oficiais, propósitos que acreditava ser indispensáveis para o conhecimento histórico de forma imparcial.

Segundo Falcon (1997, p.104) o trecho da frase mencionada por Ranke: "wie es eigentlich gewesen" (mostrar aquilo que realmente aconteceu) "tornou-se, a posteriori, a própria expressão do horizonte historiográfico chamado de positivista". Entretanto, esse autor faz um questionamento: "o que não deixa de ser curioso se tivermos em vista que sua significação para o mesmo Ranke e seus colegas era completamente diversa", sugerindo que sua metodologia teria sido radicalizada ao longo do tempo por outros historiadores.

Nessa polêmica também se coloca Burke (1992, p. 19):

[...] Uma das consequências da chamada "Revolução Copernicana" na história ligada ao nome de Leopold von Ranke, foi marginalizar, ou re-marginalizar a história sociocultural. Os interesses pessoais de Ranke não se limitavam à história política. Escreveu sobre a Reforma e Contra-Reforma e não rejeitou a história da sociedade, da arte, da literatura ou da ciência. Apesar disso, o movimento por ele liderado e o novo paradigma histórico elaborado arruinaram a "nova história" do Século XVIII. Suas ênfases nas fontes dos arquivos fez com que os historiadores que trabalhavam a história sociocultural parecessem meros dilettanti.

Os epígonos de Ranke foram, porém, mais intolerantes que o mestre e, numa época em que os historiadores buscavam profissionalizar-se, a história não-política foi excluída da nova disciplina acadêmica. As novas revistas profissionais fundadas no final do século XIX, tais como *Historische Zeitschrift* (1865), *Revue Historique* (1876) e a *English Historical Review* (1886), concentravam-se na história dos eventos políticos.

A historiografia metódica tornou-se hegemônica na Alemanha e, de acordo com Dosse (1992), ganhou força na França muito em função das publicações da revista *Revue Historique* fundada em 1876 por Gabriel Monod, que elegia a neutralidade do historiador e o método científico como guia para a produção histórica e privilegiava a história política e factual.

Posteriormente, como expensor do método histórico alemão na França, foi lançado, em 1898, o Manual *L'introduction aux études historiques*, pelos historiadores Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). Esse manual serviu como modelo que impulsionou a pesquisa histórica aos moldes científico positivista e foi, conforme Burke (1992) e Dosse (1992), um dos principais instrumentos de leitura dos estudantes de história da época, na França.

Em contrapartida ao paradigma positivista, com a compreensão de que as massas são os principais agentes das mudanças sociais e não as grandes personagens da história destaca-se um historiador que se tornou postumamente um dos ícones da historiografia francesa: Jules Michelet.

Michelet (1798-1874) foi pioneiro na descrição da história pela perspectiva das classes subalternas, além de incrementar a historiografia com uma diversificação de temas. Escreveu uma monumental obra de vinte e três volumes denominada História da França, O Povo, História da Revolução Francesa, As mulheres da Revolução, A Montanha, A feiticeira e demais obras.

De acordo com Lima (1997), em muitas de suas obras, Michelet se propunha a advertir os governantes de sua época, que apresentavam interesses mais voltados para o desenvolvimento das atividades capitalistas e industriais, da necessidade de uma reforma agrária que proporcionasse aos trabalhadores rurais uma vida mais digna.

Outro importante legado para a historiografia, no que se refere ao âmbito sociocultural foi construído pelo historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897).

Na obra A cultura do Renascimento na Itália escrita em 1860, Burckhardt não se engessa pelo determinismo metódico da historiografia de sua época e inova pela demonstração de uma concepção mais ampla de cultura ao considerar aspectos culturais variados e as diversas características sociais da Itália renascentista, tais como: as festividades religiosas ou profanas, os vestuários, a etiqueta, as anedotas populares, além das artes plásticas, da música e da literatura.

Burckhardt é tido como revolucionário pela escolha pioneira em se debruçar na história da Renascença e pela conexão que estabelece entre a concepção de individualidade renascentista e o surgimento do homem moderno.

A Cultura do Renascimento na Itália foi, portanto, o resultado de uma tentativa de síntese histórica de um período até então inexistente no cenário da história universal. Na obra dos grandes historiadores do século XIX, a Idade Média terminava com o advento de Reforma religiosa, que inaugurava a Era Moderna como evento de matriz germânica. A obra do ex-professor de Burckhardt em Berlim, Leopold von Ranke, constituiu-se sob esse prisma. Burckhardt ao conceber o Renascimento como pátria e origem do homem moderno, antecipa a gênese da Era Moderna e confere sua paternidade à cultura italiana. Não Lutero, mas Dante fora, para ele, o último homem medieval e o primeiro personagem da nova era. (FERNANDES, 2013, p.75).

Buckhardt dedicou boa parte de sua vida no estudo da história da arte renascentista, tornando-se a principal referência nesse assunto.

A perspectiva cultural e artística da historiografia teve também no holandês Johan Huizinga (1872-1945) um grande representante. Este historiador desenvolveu estudos no âmbito da estética com a obra *O Outono na Idade Média* e do lúdico com *Homo Ludens* e se destacou pelo uso inovador de fontes históricas pouco utilizadas pela historiografia do seu tempo, como por exemplo, os elementos iconográficos.

Muitos elementos sociais chamaram a atenção de Huizinga e sua análise da vida cotidiana da Baixa Idade Média foi meticulosa no levantamento dos seus costumes, hábitos, representações simbólicas e todas as formas materiais produzidas nesse período. Segundo Ribeiro (2013), pela natureza do seu trabalho de reinventar nova maneira de ler o passado acaba por confrontar-se com o modelo cristalizado de sua época, sofrendo, assim, muitas críticas. Essa condição o leva à tarefa de defender a dimensão subjetiva no trabalho do historiador, como já acontecera no passado com os filósofos Windelband, Rickert, Dilthey, Simmel e Spranger, que combateram as teorias positivistas. Ele se propôs a refutar o conceito simplista de que a História poderia oferecer um relato fidedigno do passado e consolidar a ideia de o que ela pode oferecer seria apenas “uma certa” representação de “um certo” passado.

A perspectiva historiográfica marxista “foi sempre oposta aos pressupostos e características da história política tradicional” como aponta Falcon (1997, p.112) e instituiu a abordagem economicista como enfoque para suas análises no campo histórico. De acordo com esse autor, seu papel foi determinante para discutir, criticar e procurar levar ao descrédito o enfoque histórico-político, pelo entendimento de que este se apresentava desvinculado da totalidade do processo histórico, baseado em pensamentos e atuações de poucos indivíduos históricos, além de ser alicerçado por uma epistemologia empirista, de discurso acrítico, linear e cronológico.

No entanto, como reflete o mesmo autor, tendo foco nas superestruturas das relações de produção e a visão determinista da história na crença em leis gerais e universais que regeriam o desenvolvimento humano, a historiografia marxista privilegiou as abordagens macroeconômicas e na concepção de sujeito enquanto classe social, deixando de lado o sujeito particular e aspectos relevantes no âmbito da vida cotidiana das sociedades.

O marxismo ao longo do tempo se divide em grupos. Tem-se desde as concepções estruturalistas de Althusser até às concepções culturalistas de Thompson e da Escola de Frankfurt, passando pelas concepções políticas de Gramsci. Desse modo, o método de análise marxista sofreu uma amplitude de percepções pela superação dos limites detectados na antiga teoria, provocando, assim, um novo direcionamento a produção historiográfica dessa corrente, que passou a não se restringir ao campo puramente economicista.

Com referência à produção historiográfica do inglês Edward P. Thompson, Vainfas (1997, p. 624) comenta que:

Não resta dúvida que o marxismo de Thompson é revisionista, sobretudo ao conceber a construção das classes populares (a “classe operária”) no plano das representações culturais emergentes nas lutas de classe. Ainda assim, trata-se de marxismo e também de história social. Mais que isso, trata-se talvez de um fecundo repensar da própria teoria marxista aplicada à história, que tem alias inspirado numerosas pesquisas na historiografia contemporânea em escala mundial.

Burke (1992) destaca os historiadores da linha economicista como os que melhor se organizaram na oposição da historiografia política, sobressaindo nomes como: Gustav Schomoller, William Cunningham, J.E Thorold Roger, Henri Hausser, Henri Sée e Paul Mantoux.

Nesse contexto de embate entre objetivismo versus subjetivismo, o fim do século XIX é destacado por muitos estudiosos, como um período de acirramento das críticas à historiografia tradicional. Burke (1992) aponta o período por volta de 1900 como de uma atmosfera reformista, em que havia confluência de debates contrários à historiografia de abordagem política. Segundo ele, muitos historiadores e intelectuais de várias áreas das ciências sociais como: Karl Kamprecht na Alemanha, Frederick Jackson Turner e James Harvey Robinson nos Estados Unidos, Emile Durkheim e François Simiand na França, teriam articulado movimentos nesse sentido. Para que houvesse uma reforma na historiografia, necessitaria que se derrubasse “três ídolos” que vinham sendo cultuados: “o ídolo político” (a história firmada em eventos políticos, guerras e conquistas), “o ídolo individual” (a ênfase nos grandes homens) e o “ídolo cronológico” (a história linear e das origens), no pensamento de Simiand.

Apesar disso, apenas na década de 30 do século XX é que dois historiadores franceses: Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), atentos a todas as

inovações que a historiografia teria proposto ao longo do tempo, teriam alcançado a “Revolução Francesa da historiografia” como Burke (1992) define as ações revolucionárias exercidas por esses intelectuais no campo da leitura e escrita da história, na França e que, a posteriori, teria grande repercussão mundial.

Lucien Febvre e March Bloch fundaram a Revista *Annales de Historie Economique et Sociale* com o firme propósito de superação da historiografia tradicional, tendo a proposta de sair do foco político para prestigiar abordagens econômicas e sociais. Posteriormente, pela adesão de muitos historiadores e cientistas sociais, vai se distinguir como um novo movimento historiográfico denominado Escola dos Annales. Propunham a renovação da escrita da história pela inovação temática e utilização de métodos de pesquisa em diálogo contínuo com outras ciências sociais, o que comportaria uma análise mais abrangente da complexidade humana. Conforme ratifica Dosse (1992):

March Bloch e Lucien Febvre permaneceram partidários de uma escritura antropocêntrica, o homem é o único objeto de preocupação do historiador, ele é o próprio sentido do seu trabalho. Certamente, esse homem não é realmente o mesmo da escola metódica, que privilegiava os grandes, os mais altos responsáveis do estado; trata-se, aqui, mais do homem dos trabalhos e dos dias, do homem médio. (DOSSE, 1992, p. 96).

Febvre e Bloch, na época da criação da Revista *Annales*, já eram experientes historiadores e puderam acompanhar toda a efervescência dos debates sobre a escrita da história de seu tempo, conhecendo a fundo a teoria da história e suas configurações. Estavam também sintonizados com a difusão de novos conceitos propostos por diversos intelectuais seus contemporâneos, dentre eles, se destacam pela influência que exerceram nesses historiadores, o sociólogo Émile Durkheim, o geógrafo Paul Vidal de la Blanche e os historiadores Henri Perinne e Henri Berr.

Uma das propostas feitas por esse novo movimento historiográfico foi o direcionamento para a abordagem da história-problema, ou seja, investigar a história a partir das indagações do presente, no intuito de uma história interpretativa, problematizada e apoiada em hipóteses. Outro ponto de inovação se encontra no direcionamento para estudo da história das mentalidades e das sensibilidades, com análises ampliadas pela contribuição da psicologia, da antropologia, da linguística e da sociologia.

O desvencilhamento da perspectiva tradicional, a incorporação de métodos interdisciplinares e novas categorias de análises, trouxeram uma gama maior de possibilidades para o desenvolvimento do ofício do historiador e a construção de características mais complexas de críticas das fontes.

Fernand Braudel (1902-1985) que exerceu o comando da segunda geração da Revista *Annales*, também deixou um valioso legado para a historiografia. Sua obra *O Mediterrâneo* teve o mérito de colocar em evidência uma abordagem totalizante pela sua visão de contexto, pelo método de pesquisa comparativo e de longa duração, abarcando temáticas variadas como: a relação homem-ambiente, a história política, militar, econômica e dos acontecimentos, que o fez ascender no universo da disciplina histórica.

A segunda geração dos *Annales*, tendo o firme comando de Braudel até 1969, voltou-se fortemente para os aspectos econômicos da história e para as mudanças sociais, tendo colaboradores como o marxista Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff e Marc Ferro.

A terceira geração, surgida após o afastamento de Braudel em 1972, conforme informa Burke (1992), caracterizou-se pela descentralização de liderança e rupturas, em que alguns de seus membros persistiram com o projeto da história econômica e quantitativa, outros decidiram por retornar à história política e factual, contudo, boa parte dos seus membros realiza uma revolução no encaminhamento histórico projetado anteriormente pela geração anterior, dando prioridade para uma abordagem mais antropológica e direcionando a história para o sujeito social e mental e para o cotidiano, com uma diversidade de temas como: história da infância, da família, da mulher, da cultura popular, do imaginário social, da sexualidade, da morte, da alfabetização, da ideologia, do vestuário, do livro, das religiões etc. Por conta de suas inovações historiográficas ficou conhecida como “Nova História”.

Destacam-se nessa geração, os historiadores: Jacques Le Goff, Le Roy Laurie, François Furet, Georges Dobby, Philip Ariès, Roger Chartier, Maurice Agulhon e Michel Vovelle.

2 A VIRADA PARA PERSPECTIVA CULTURAL DA HISTÓRIA

O século XX foi marcado, na linha de reflexão de Dosse (1992, p.101), por drásticos acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o *Crash* da

Bolsa de Nova York (1929) e o horror da Segunda Guerra Mundial (1945) que abalaram o mundo, incidindo um desencantamento geral, forte desconfiança das sociedades pelo poder político e falência da ideia de avanço da humanidade. Assim, sobreviria o esgotamento do estilo de historiografia que sustentava “o discurso do historiador fundamentado no estado-nação, na vocação europeia da missão civilizadora universal” e do “clima” para as narrativas das proezas das conquistas e batalhas perpetradas por grandes líderes nacionais.

Acontecimentos posteriores, segundo reflexão de Cardoso (1997), como a revolução social de Maio de 1968 e toda problemática que aflige a humanidade, como: destruições ambientais, guerras, genocídios, o uso da tecnologia com sentido de desumanização e massificação, bem como a extrema rapidez e complexidade das transformações observadas nas sociedades globalizadas, reforçaram o repúdio a ideia de progresso, evidenciando uma desilusão radical à filosofia moderna para grande parte da intelectualidade mundial, nas mais diversas áreas sociais. As concepções do filósofo Michel Foucault, J.F. Lyotard, Hayden White e Jacques Derrida exerceram marcante influência para uma ala considerável de historiadores.

Rodrigues (2011, p. 17) descreve o estado de mudanças observado na historiografia depois da década de 1970:

[...] os historiadores tomaram consciência de que suas escritas eram narrativas ou discursos. A História deu lugar às histórias, a verdade às verdades, o Homem aos homens, mulheres, crianças, operários...

No decorrer dessa mudança dos paradigmas historiográficos, “Foucault revolucionou a história”. Influenciado por Hegel, Heidegger, Sartre e Nietzsche, sua entrada no campo histórico se deu por conta de sua crítica em relação à ideia empobrecida do real daqueles historiadores que rejeitavam o pensamento (o imaginado) a favor do social. Podemos citar dentre os conceitos introduzidos por Foucault no dicionário dos historiadores os de episteme, descontinuidades, arqueologia, genealogia, poder/saber.

Nessa perspectiva, observa-se o deslocamento de grande parte dos historiadores para a abordagem de história plural, com conceitos de construção simbólica, do imaginário, das práticas e representações sociais, do relativismo cultural, das múltiplas interpretações, pluralidades de sentidos e discursos. A história passou a ser conceituada como literatura, uma narrativa de verossimilhança do real, sendo colocada em xeque a

antiga concepção de se estudar o passado com o fim de se compreender o presente para intervir no futuro.

Assim, ocorre no cenário contemporâneo um fortalecimento de tendências como a micro história, a nova história cultural e a ciência histórica sociocultural. Segundo Burke (2005, p. 68) a Nova História Cultural (NHC) é “a forma dominante da história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante da história – praticada hoje”.

Foi a historiadora norte-americana Lynn Hunt, um pouco antes de Burke, em 1989, quem realizou uma coletânea utilizando o termo que definiria e popularizaria esta tendência historiográfica em ascensão: a NHC. (LANGER, 2012).

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

À História da Educação um novo olhar foi dado com a Nova História, quando passa a influenciar os pesquisadores a investigarem temas considerados antes pouco nobres na História da Educação. Novas fontes passaram a serem utilizadas, novos objetos de estudos foram criados e a partir de então, não mais a política é o centro das pesquisas nessa área. A economia, a sociedade e também a cultura passam a fazer parte dos estudos.

Burke (1992, p.91) destaca o trabalho realizado por François Furet e Jacques Ozouf sobre a história da alfabetização, na *École des Hautes Études* na França que ofereceu novos contornos para o universo historiográfico nesta temática, em que “os pesquisadores utilizaram fontes das mais variadas, do recenseamento às estatísticas”, propiciando maior amplitude às suas análises.

Roger Chartier, historiador francês, vinculado à historiografia da Escola dos Annales trabalha com a história da cultura e dos livros, da edição e a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais. Algumas das principais contribuições de Chartier para a HC estão relacionadas às noções de “práticas” e “representações”, além do conceito de “apropriação”.

Dominique Julia, outro historiador francês, dedicou os seus estudos sobre os períodos do Antigo Regime e da Revolução Francesa, assim como sobre a história da religião e a história da educação, principalmente com o estudo da história da cultura escolar. Julia pesquisou sobre o ensino no Antigo Regime, sobre os colégios, durante muito tempo e publicou muitas obras nessa temática.

A partir da leitura de alguns autores podemos refletir que o campo da educação vem sofrendo o reflexo da pesquisa histórica, em especial, da história cultural. Santos (2012, p. 1) em seu artigo discute a “possibilidades de interseção entre a história cultural e da educação, apontando as perspectivas de cooperação entre estes campos e os ganhos para a história da educação, com olhares e temas antes exclusivos da história cultural.”

Também Cardoso (2011, p. 299), afirma em seu artigo *Por uma história cultural da educação: possibilidades de abordagens* “[...] que a História da Educação pode e deve ser compreendida e desenvolvida como um campo temático da História Cultural, que as práticas escolares devem ser vistas como práticas culturais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da investigação histórica foi profundamente renovado a partir da segunda metade do século XX, tendo superado a concepção positivista e factual e, gradativamente, vindo a ceder maior espaço às vertentes culturais. A historiografia contemporânea, assim, tem aberto condições, aos atuais historiadores, de analisar uma dimensão maior de temas e enriquecer suas pesquisas por meio de abordagens e metodologias mais abrangentes.

Essa realidade tem motivado a emergência, no Brasil e no mundo, de pesquisadores que se interessam em investigações concernentes à história da educação na temática da cultura escolar, pela compreensão de que, esse objeto de estudo se constitui um importante núcleo de pesquisa sobre o âmbito da socialização, das práticas e representações humanas, sendo fator fundamental para fornecer contribuições para o alargamento do conhecimento sobre os diferentes círculos da cultura humana e na ampliação da visão do homem.

Contudo, observa-se que ainda são poucas as iniciativas de estudos na temática da educação. A respeito disso, Falcon (2006, p. 328) em seu artigo intitulado *História cultural e história da educação* apresenta-nos a importância cada vez maior da *história cultural*, mas também aponta para a ausência quase completa de trabalhos relativos à história da educação, na produção historiográfica ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Alexandre; LOPES, Marcos. Lucien Febvre (1878-1956). In: **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antonio. (Org.) **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

_____. **O que é história cultural?** Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, R. (Org.). **Os Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. São Paulo: Campus, 1997.

DOSSE, François. **História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, R. (Org.). **Os Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. São Paulo: Campus, 1997.

_____. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [Online], v. 11, n. 32, p. 328-375, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos A. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 125, p. 110-121, out. 2011.

LANGER, Johnni. A Nova História Cultural: origens, conceitos e críticas. 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

LIMA, Michelle S. Jules Michelet (1798-1874). In: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos A. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil**. 2003. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nqiEnPhho80J:files.cacoifbavca.webnode.com/200000612-](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nqiEnPhho80J:files.cacoifbavca.webnode.com/200000612-ca64dcc9ba/Historia%2520e%2520Historiografia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520C.%2520Lombardi%2520UNICAMP.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br)

[ca64dcc9ba/Historia%2520e%2520Historiografia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520C.%2520Lombardi%2520UNICAMP.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nqiEnPhho80J:files.cacoifbavca.webnode.com/200000612-ca64dcc9ba/Historia%2520e%2520Historiografia%2520da%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520C.%2520Lombardi%2520UNICAMP.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 31 out. 2014.

MAIA, Sidclay Ferreira. História da Educação. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 4, n.1, p. 141-146, jan./abr. 2009.

MARTINS, E. ; CALDAS, P. Leopold Von Ranke (1795-1886). In: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos A. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

RANKE, L. V. Heródoto e Tucídides. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

RIBEIRO, Naiara D. Johan Huizinga (1872-1945). In: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos A. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

RODRIGUES, R.C.B.; MORETTI, S.; CASTRO, M. V. **Debates sobre a historiografia e a teoria da história**. Piracicaba: Equilíbrio, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

